

no máximo quatro médicos. Em resposta o Capitão da Polícia Militar Cassio C. Galhardo, disse que em nenhum momento a PM atua dessa maneira em qualquer cidadão, inclusive com pessoas em situação de rua. Garantiu que agem de maneira civilizada. Pediu para que abusos sejam relatados imediatamente onde o mesmo dará voz de prisão a esse policial. Alertou que a maioria dos homicídios do centro é por uso de facas e que abordagens são necessárias e muitas delas são encontradas com moradores em situação de rua. Precisam combater esse tipo de crime e que as revistas são constantes em toda a região. Em quarto o Conselheiro Iso do Distrito Bom Retiro. Disse que as três prioridades (CEU, UBS e Moradia) já foram uma ousadia deste Conselheiro. Frisou que no Centro moram 450 mil moradores fora os 3 milhões que vem todos os dias ao Centro. Disse que R\$ 2 milhões para revitalizar oito distritos nada foi feito. O orçamento dentro do primeiro ano tinha lá seus R\$ 600 mil para revitalizar as praças e que também não foram executadas. O governo federal mandou seu ministro para negociar a dívida de São Paulo e com isso voltar futuramente a fazer as obras necessárias para a cidade, inclusive as moradias. Questionou que a Subprefeitura coloca em reuniões diversas pessoas para debater determinados assuntos e o Conselho Participativo sequer pode abrir a boca para colocar as demandas de sua região. São Paulo precisa de 55 mil unidades habitacionais e é um plano ousado, onde seria necessário 450 mil unidades habitacionais. Precisamos voltar a ser o que era com suas indústrias, e no Bom Retiro tem indústrias que precisam crescer, para que todo mundo tenha mais renda e possa viver melhor nesta Cidade. Por último o Conselheiro Artur Monteiro (Distrito República). Aproveitou também a presença do José Pivato, para que o mesmo transmitisse um recado ao Prefeito Haddad, em sua visão a gestão está péssima. Com relação à dotação orçamentária o Prefeito tirou verbas das subprefeituras e por questão de cumprimento de metas colocou nas Secretarias. Disse que o Prefeito precisa investir no Centro, pois é no Centro que gera maior arrecadação com ISS e fomenta o turismo. As intervenções no Centro precisam ser feitas com cautela, exemplo: As ciclofaixas, que precisam de ajustes, pois estão prejudicando o comércio. Disse que defende maior autonomia da Subprefeitura Sé, defende que a Sé precisa ter duas dotações orçamentárias, uma para a Sé que deverá atender os moradores locais e outra para a Sé (Centro) para atender toda a Cidade. Alertou que a Prefeitura está falida devemos cerca de R\$ 60 bilhões, não temos dinheiro para revitalizar praças, mas tem R\$ 8 milhões para a Virada Cultural e como consequência destrói as poucas praças que conseguimos arrumar. Não tem dinheiro para arrumar nossos monumentos e fontes que estão todos deteriorando e pichados, mas tem R\$ 200 milhões para fazer o espelho d'água no Vale do Anhangabaú. Está tudo errado. O pessoal que veio hoje aqui falar do Minhocão na verdade, falam da requalificação do Centro. Não existe o desenvolvimento do Centro por conta do Minhocão. O Minhocão não é um problema de Santa Cecília é um problema do Centro, é um problema da Cidade de São Paulo que só se resolve é no chão. Reativa o comércio com arrecadação de ISS e atrai os turistas novamente para o Centro. Outro problema é a ilha de calor que temos no Centro, que não se resolve colocando plantinhas em cima do minhocão. Resolve-se com a plantação de árvores. Falta verde na região central, são inúmeras árvores caindo sem se plantar outras no local. Finalizando, falta o Haddad criar uma Secretaria de Custos e evitando gastos desnecessários. Com a palavra o Secretário adjunto José Pivato, disse que veio como observador e respeitando o Conselho e a forma democrática de como os temas foram abordados. É uma grande vitória que o Prefeito fez foi criar o Conselho Participativo que é só em um governo democrático que o País se desenvolve. Disse que sua secretaria está acompanhando como observador para levar as dificuldades para que juntos possam aprimorar essa relação, crescer e fazer desse espaço definitivamente um espaço democrático. Parabenizou a todos. Com a palavra o Sr. Marcos Elídio agradeceu mais uma vez o convite e reforçou que sem o Conselho Participativo seria infinitamente pior se não existisse. As questões complexas precisam passar pelo Conselho e o caminho é este, estão fazendo o trabalho correto, ouvindo a comunidade e repassando as demandas para quem compete. As Ações integradas precisam dar continuidade e a comunicação dentro da Subprefeitura precisa ser melhorada, se colocando a disposição de todos. A Secretária passou para o Coordenador as perguntas escritas avisando a todos que serão respondidas. A Interlocutora Valéria agrade a todos e disse que esse primeiro ano do Conselho foi um ano de desafios absurdos, ressalta que os trabalhos aconteceram mesmo com tantas divergências, o conselho é um grande avanço no exercício da democracia em nosso país. Devemos usar o Conselho como interlocutor das demandas de sua localidade ao poder público. Ainda não estamos afinados como uma orquestra que deveria ser, mas que neste primeiro ano os avanços foram impreterivelmente favoráveis a toda a população. Encerrando o Coordenador agradeceu a presença de todos, e convidou aos presentes a participar de nossas reuniões mensais que acontece toda a primeira quarta feira do mês na própria subprefeitura da Sé. Nada mais sendo tratado o Coordenador pediu a mim secretária para redigir esta ata, publicá-la no DO, dando por encerrada mais esta assembleia às 21h10m. Estiveram presente na Reunião, o(a)s Conselheiro(a)s: Andre Benevides (Cambuci); Artur Monteiro (República); Carmen Mascarenhas (Bela Vista); Dinah H. Piotrowslei (Santa Cecília); Dora Lima (Bela Vista); Helena Werneck (Consolação); Iso Sendarz (Bom Retiro); Jucileine Jesus A dos Santos (Sé); Lenilson Pereira Rodrigues (Liberdade); Luiz Gonzaga da Silva – Gegê (Sé); Rafael Centurion Vitorino (Liberdade); Sueli Lima (Bom Retiro); Valdiva de A. A. da Silva (Consolação) e Yara Goes (Consolação). Ausências Justificadas: Aládia Cunha (Cambuci); Carmen Silva Ferreira (Sé); Cirineu Balbino de Araujo Jr. (Bom Retiro); Luciana Biasi (Liberdade); Marina Dias (Santa Cecília); Walcir Félix (Sé) e Cheung Kawai (Imigrantes). Segue para constar também em ata as perguntas/sugestões apresentadas: 1)Adilson G. da Silva, quer saber como obter o Relatório da Audiência Pública da Liberdade e das Ações integradas realizadas no Distrito; 2) Instituto Rede Brasília, sugere que nos projetos de adequação/revitalização dos passeios públicos e calçadas sejam preservadas as calçadas características da Cidade (Com o mapa estilizado do Estado). Pede mais ênfase à preservação dos monumentos históricos de arquitetura eclética; 3) Rosa Sílvia Lopez do Instituto Rede Brasília, como sugestões: a) desmonte do minhocão; b) preservação de nossas calçadas específicas e c) preservação de nossas arquitetura eclética e por último 4) Maria Naor, diz ter visto tanta discussão sobre o desmonte do minhocão e da falta de CEU no Centro, e hospital? Só temos a Santa Casa aqui e ainda assim funcionando muito mal...AMA? a do Parque Dom Pedro é muito longe.

## GABINETE DO SUBPREFEITO

16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL DA SÉ

Data: 06 de maio de 2015

Local: Rua Álvares Penteado, nº 49 – 6º andar - Auditório da Subprefeitura Sé

Horário de Início: 18:30h

Mesa: Rafael Vitorino – Coordenador do Conselho Participativo Municipal Sé

Carmen Silva – Secretária do Conselho Participativo Municipal Sé

Alcides Amazonas – Subprefeito da Sé

Valéria Silvestre – Secretária Municipal de Direitos Humanos e ex-Interlocutora da Subprefeitura Sé

Marcos Emílio – Atual Interlocutor da Subprefeitura Sé

Neusa – Secretária Municipal de Relações Governamentais

Clara Meyer Cabral – Rede Nossa São Paulo

Presença: 20 Conselheiros Titulares e 3 Visitantes

No dia 06 de maio de 2015, no auditório da Subprefeitura Sé, localizado nesta Capital à Rua Álvares Penteado, 49 – 6º andar, ocorreu a 16ª Reunião Ordinária do Conselho Participativo Municipal da Subprefeitura Sé, com a seguinte pauta: 1. Aprovação da ata da reunião ordinária realizada no dia 04/03/2015; 2. Apresentação das indicações dos representantes (titular e suplente) da CPM Sé para o CPMU (conforme ata da reunião do GT – Desenvolvimento Urbano realizada em 18/04/2015) ou eleição dos representantes (titular e suplente) pelo Pleno para o CPMU; 3. Apresentação do novo interlocutor da subprefeitura Sé junto ao CPM Sé e homenagem / despedida da antiga interlocutora da Subprefeitura Sé junto ao CPM Sé; 4. Providências a serem adotadas pelo CPM Sé sobre os seguintes itens: 4.1 - Estruturação do CPM Sé (exposição pelo Coordenador); 4.2 - Comitê Regional de Combate ao Aedes (exposição conselheira Carmem Mascarenhas); 4.3 - Prestações de contas das ações integradas realizadas pela Subprefeitura Sé; 5 - Pedido de apoio do CPM Sé quanto a execução da emenda parlamentar de autoria do vereador Mario Covas Neto para reestruturação e retomada do pólo cultural da 3ª idade do Cambuci; 6 - Pedido de Pauta da conselheira Marina Dias; 6.1 - Nova ferramenta - Aplicativo para acompanhamento do plano de metas; 6.2 – Eleição pelo pleno dos representantes (titular e suplente) do CPM Sé para o CPMU. Abertos os trabalhos pelo Coordenador Rafael Vitorino, às 18h05min, em segunda chamada por não ter havido quórum na primeira chamada. Os presentes registraram suas assinaturas em livro próprio, bem como as justificativas de ausência pelos demais Conselheiros Participativos. Iniciando os trabalhos, o Coordenador apresentou os convidados desta plenária pedindo para que os mesmos compusessem a mesa, sendo: Sr. Alcides Amazonas, Subprefeito da Sé; Sra. Valéria Silvestre, representando a Secretaria Municipal de Direitos Humanos; Sr. Marcos Emílio, Interlocutor da Subprefeitura da Sé; Sra. Neusa, Interlocutora da Secretaria Municipal de Relações Governamentais; Sra. Clara, representando a Rede Nossa São Paulo; Conselheira Sra. Carmen Silva, Secretária Geral. Com a palavra o Sr. Alcides Amazonas, saudou o Conselho, explanando algumas ações que estão sendo realizadas pela Subprefeitura Sé, como abertura das praças públicas para a população, bem como sobre as providências que estão sendo tomadas pela Subprefeitura para a estruturação do Conselho Participativo, como a definição de um local e toda a estrutura necessária para o seu regular funcionamento. O conselheiro Gegê pediu a palavra, dirigindo-se ao Subprefeito, solicitando-lhe uma posição sobre a implantação de um CEU na Região Central, que já foi objeto de deliberação pelo Conselho. A conselheira Helena disse que, como coordenadora do GT Desenvolvimento Urbano do CPM Sé, teve a missão de avaliar os quatro processos que foram apresentados pela Subprefeitura, para aprovação do Conselho, dentro do plano de melhoria de bairros, sendo que constatou que os mesmos não versam sobre a execução das obras propriamente ditas, mas sobre a elaboração de projetos executivos; que as obras propriamente ditas não seriam realizadas ainda este ano; para a sua execução seria necessário ter verbas, sugere que todos os Conselheiros trabalhem juntos para de fato ter a execução das referidas obras; que o Conselho e a Subprefeitura devem manter um diálogo mais próximo e, assim, estabelecer objetivos claros, que possam ser executados conforme a capacidade financeira da própria Subprefeitura. O Sr. Subprefeito disse que o CEU na Região Central não saiu da pauta da Prefeitura; disse, ainda, que a Secretaria Municipal da Educação apresentou como obstáculo para a sua realização a falta de terreno público na Região Central que pudesse comportar a implantação de um CEU. O Sr. Coordenador informou que esteve em reunião com Sr. Subprefeito, com a intenção de retomar o diálogo entre o CPM Sé e a Subprefeitura Sé, além dos assuntos de interesse da população que já foram apresentados pelos conselheiros em outras oportunidades, bem como para implementar a estruturação do CPM Sé para seu regular funcionamento. Disse, ainda, que a opinião pública já está convencida de que é necessária a implantação de pelo menos um CEU na Região Central, sendo que o assunto já está sendo discutido, via CPOP / Conselheiro Artur Monteiro, com a SMDU / SIURB / SME; que está sendo avaliada a proposta de implantação de um CEU vertical. O Conselheiro Artur Monteiro expõe a dificuldade financeira da Prefeitura de São Paulo, que reflete diretamente no orçamento e investimentos na Subprefeitura Sé, além do esforço que a mesma realiza para desempenhar ações mais efetivas. Disse, ainda, que para a implementação das metas estabelecidas no PPA, os orçamentos das subprefeituras estão sendo esvaziados, provocando o estrangulamento financeiro das subprefeituras. O Conselheiro Gegê sugere a realização de uma reunião extraordinária para ser discutido um “plano de luta” para implantação de um CEU na Região Central. O Coordenador propõe levar o assunto para discussão no Grupo de Trabalho da Educação e/ou Desenvolvimento Urbano, pois, entende que a discussão seria mais produtiva, em uma ampla discussão entre os conselheiros, para após trazer o assunto para deliberação do Pleno, em uma reunião extraordinária, das medidas que entenderem devidas. A conselheira Helena disse que o assunto precisa ser aprofundado, que precisamos apresentar um novo conceito para o CEU, pois, a forma como o CEU foi idealizado, a Região Central com as suas limitações de terrenos amplos, fatalmente, se nada for feito, jamais será contemplado. O Coordenador propõe que a discussão seja feita em reunião preparatória a ser realizada daqui 15 dias, no sábado dia 16/05, a tarde, sendo após apresentado os trabalhos na próxima Reunião Ordinária, o que foi aprovado por unanimidade dos presente. Na sequência, o Sr. Coordenador passou a palavra à representante da Rede Nossa São Paulo, Sra. Clara Meyer Cabral, que fez um breve relato sobre o novo aplicativo desenvolvido pela referida entidade para acompanhamento das metas da Atual Gestão Municipal. Discorreu sobre a importância do acompanhamento do plano de metas. Apresentou a Sra. Emilli, que é uma das criadoras da referida ferramenta. Disse que teve como propósito facilitar o trabalho dos conselheiros, mas que a ideia da Rede Nossa São Paulo é expandir para todas as pessoas interessadas no assunto. Utra e Emilli, que acompanham a Sra. Clara e participaram do projeto, se apresentaram relatando cada uma delas as suas experiências. O conselheiro Artur Monteiro propôs que o assunto seja levado para discussão no GT de Articulação, o que foi aprovado pelo Pleno. Apenas a Conselheira Dora disse que não concordava com a sugestão; defendeu que seja designada uma reunião extraordinária para exposição e apresentação do referido aplicativo. O Coordenador ressaltou a importância do aplicativo e da seriedade do trabalho desenvolvido pela Rede Nossa São Paulo, ressaltando ainda a importância da transparência das ações e gastos do Poder Público, convocando todos os conselheiros e conselheiras a participar da referida reunião. Na sequência, o Sr. Coordenador apresentou o novo interlocutor da Subprefeitura, Sr. Marcos Emílio, passando a palavra ao mesmo. O Sr. Marcos disse que é assessor especial do Subprefeito, que veio de Brasília, que atuava junto ao Gabinete do Deputado Federal Protógenes Queiros, que anteriormente atuou como Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing. Disse, ainda, que fará o seu melhor na interlocução direta com os conselheiros, que pretende atingir as expectativas, tal como se deu anteriormente com a antiga Interlocutora, Sra. Valéria. O Sr. Coordenador passou a palavra à Sra. Neusa, que justificou que era o Sr. Secretário Adjunto da SMRG, Sr. José Pivatto, que ficou encarregado de acompanhar as reuniões do CPM Sé, mas que o mesmo não pode comparecer na ocasião, sendo que ela veio em sua substituição. O Sr. Coordenador, antes de passar a palavra à Sra. Valéria Silvestre, fez um breve relato sobre a importante atuação, mesma junto ao Conselho, desde o início, com a sua estruturação, aprovação do Regimento

Interno, etc., até a sua saída. Neste momento, a Sra. Valéria é saudada por todos os presentes, em homenagem ao seu trabalho. A Sra. Valéria agradece a homenagem e disse que já está com saudade do Conselho; disse que a passagem no Conselho lhe deu uma grande experiência, que contribuiu muito para sua formação; expõe sobre as suas novas atribuições na Secretaria Municipal de Direitos Humanos; disse que o Conselho não foi criado apenas para tratar de assuntos ligados à zeladoria urbana, mas também para cuidar das pessoas; propõe a participação efetiva de todos os conselheiros, como medida para melhorar atuação do Poder Público, enfim, para implementar as políticas públicas. O Pleno aprova a menção de homenagem à Sra. Valéria, que deverá constar em ata. O Sr. Marcos Emílio assume a obrigação de zelar e manter guardados os documentos do Conselho. Na sequência, o Coordenador expõe que, na última reunião do GT de Desenvolvimento Urbano, os que lá estiveram presentes (conselheiros e demais municípios) indicaram para aprovação do Pleno os nomes da Conselheira Helena Werneck (como titular) e do Conselheiro Artur Monteiro (como suplente), para atuarem no Conselho Municipal de Políticas Urbanas. O Conselheiro Tomás chama a atenção para que os escolhidos não se afastem de suas obrigações e que cumpram efetivamente o seu papel em todas as funções que se propuseram a participar. A Conselheira Yara defende a indicação e diz que escolha dos nomes é justa. A indicação dos referidos conselheiros é provada por unanimidade. Por decorrência, a pauta de eleição por indicação pleiteada pela Conselheira Marina Dias fica prejudicada. Na sequência, o Sr. Coordenador expõe sobre a necessidade de estruturação efetiva do Conselho Participativo por parte da Subprefeitura, assunto esse que já foi, reiteradamente, apresentado aos diversos assessores que passaram pela Subprefeitura, desde o início, a saber: 1. Seja disponibilizado um servidor, para que atue, exclusivamente, para o CPM Sé, a fim de ajudar na organização dos trabalhos e acompanhamento das demandas apresentadas pelos conselheiros e pelo Pleno; 2. Seja disponibilizada uma sala na Subprefeitura-Sé para a instalação do CPM-Sé, com o telefone, móveis, etc. 3. Sejam disponibilizados o endereço e o telefone da referida sala para serem usados como contato do CPM Sé; 4. Seja desenvolvida / criada a página do CPM Sé no portal da própria Subprefeitura-Sé; 5. Seja disponibilizada autorização ao CPM-Sé para emitir TID, a partir da sala do CPM-Sé instalado na Subprefeitura-Sé ou outra forma de controle das demandas apresentadas pelos conselheiros e pelo Pleno, a fim de dar efetividade ao que dispõe o artigo 35, III, da Lei nº 15.764, de 27 de maio de 2013; 6. Seja implementado um canal direto com o Gabinete do Subprefeito para que sejam resolvidos e/ou encaminhados os pedidos dos conselheiros para solução rápida, bem como para a realização de contato com as secretarias, autarquias, etc., bem como cobrar as devidas soluções; e 7. Seja aberto um diálogo entre a Secretaria da Cultura e o CPM Sé / comunidade, quanto à realização da Virada Cultural. A Sra. Neusa disse que o conselheiro, em sua atuação individual, apenas pode demandar como município. A Sra. Carmen Mascarenhas disse que o Conselho Participativo está ligado à Secretaria Municipal de Relações Governamentais, então este órgão deveria ser o interlocutor com as demais secretarias, além do que cada conselheiro é representante de sua coletividade, não podendo ser considerado um simples município, recorrendo ao SAC ou ao tel. 156, para levar as suas demandas. O Conselheiro deve sim ter acesso a todos os órgãos públicos para efetivar suas denúncias e reclamações, além de propostas para sua comunidade. O Sr. Coordenador expôs que, muito embora o conselheiro não faça parte do quadro profissional da subprefeitura, direta ou indiretamente, exerce uma importante função pública, que é reconhecida por lei, sendo equiparado em termos de responsabilidades a qualquer outro agente público, podendo inclusive responder judicialmente por suas ações e omissões; que em razão dessa responsabilidade deveria ser regulamentada a sua forma de atuação, tanto individualmente como por meio do Pleno. A Sra. Helena disse que o Conselho deveria definir a Secretaria Municipal das Relações Governamentais como ponto de partida para apresentação das suas demandas; que é necessário melhorar o assunto que são trazidos para debate interno. O Sr. Artur disse que o Conselho deveria ter acesso às estatísticas das demandas apresentadas para a Subprefeitura, para melhor compreensão das necessidades apresentadas pela população, bem como propor medidas para a sua solução, além do que permitiria uma atuação junto aos Ciclos Participativos de Elaboração da Lei Orçamentária, na defesa de mais recursos para a Região Central. Carmen Silva propõe como ponto de partida para apresentação das suas demandas seja a própria Subprefeitura, com o apoio da Secretaria Municipal de Relações Governamentais no diálogo com as demais secretarias. O Sr. Marcos reconhece que os Conselheiros teriam razão quanto às falhas na comunicação até então existentes; propõe que as demandas sejam centralizadas na Subprefeitura e a partir dela sejam encaminhadas para os demais órgãos, assumindo o compromisso de dar o devido retorno às demandas que lhe forem encaminhadas. Reconhece a necessidade de estudar uma forma de registro de todas as ações demandadas pelos conselheiros. O Sr. Coordenador solicitou ao Sr. Marcos que a Subprefeitura estudasse a realização de reuniões mensais de zeladoria urbana, a exemplo do que é realizado na Subprefeitura da Lapa. O Sr. Marcos defendeu uma reformulação do modelo de ações integradas, verificar o que está funcionando e modificar o que não tem funcionado. Informou que irá realizar um levantamento das ações integradas já realizadas, que após será enviado para avaliação do Conselho. Disse, ainda, que dentro desta reformulação estudada, as ações passaram de 3 para 5 dias, que seria aberto um canal direito para as demandas do conselho. Informou que a situação referente à sala a ser disponibilizada ao conselho já está sendo tratado internamente, que já foi determinado pelo Subprefeito que sejam apresentados 3 espaços para escolha pelos conselheiros. A Sr. Valéria lembra que a sua antiga sala no prédio da Subprefeitura poderia ser utilizado pelo Conselho. A Sra. Neusa sugere que o assunto referente à necessidade de regulamentação da forma de atuação dos conselheiros, de forma individual ou coletiva, seja encaminhado para o Jurídico, aos cuidados da Dra. Renata, que recomenda o agendamento de uma reunião. A Sra. Helena lembra da obrigação disposta no Regimento Interno sobre a necessidade da Subprefeitura informar o conselho, semanalmente, sobre planejamento das ações que serão executadas pela Coordenadoria de Obras. O Sr. Coordenador disse que a negativa do Poder Público em atender aos pedidos de providência dos conselheiros poderia ensejar representação ao Ministério Público, que ele mesmo já representou a Secretaria Municipal de Transporte e a SPTrans pela transferência de 7 pontos de ônibus para uma praça, ao que tudo indica, sem a realização de estudo de impacto no trânsito, bem como a Secretaria Municipal da Cultura, em razão do abandono de um imóvel tombado, de propriedade do Município, que poderia ser utilizado para implantação de um Centro Cultural. Na sequência, foi dada a palavra à Sra. Carmen Mascarenhas, que apresentou um breve relato sobre o trabalho realizado pelo Comitê de Combate ao Aedes: informou que foi convocada para duas reuniões, que não aconteceram; que a última reunião foi feita com o Dr. Zoilo; que o Poder Público ainda não aprendeu a trabalhar com a participação popular; que a situação da dengue é grave e não está sendo dimensionada corretamente; que os pacientes atendidos pelos planos de saúde não aparecem nas estatísticas; que o serviço de catabalho em algumas regiões é falho e inoperante, não alcançando todos os territórios do centro. Afirma que o comitê é essencial , mas não tem sido efetivo; que sequer há convocação para reuniões, como se estivessemos disponíveis. Sentiu que a equipe técnica tem um posicionamento que exclui a participação da comunidade. Como sugestão, o Conselho apresentará ao comitê a necessidade de prévia convocação das

reuniões, aumentar a equipe dos agentes de endemias através de concurso, , carro de som para avisar a população sobre as ações de combate a dengue, seja elaborado um plano de ação efetivo para toda a Subprefeitura. Preocupa-se também com o fato de que não foi designado ainda um representante do Conselho da Supervisão de Saúde da Sé, para o Comitê. Pergunta se é para cumprir ou não a portaria que criou o Comitê, ou é só “para inglês ver”? O Sr. Marcos se comprometeu a verificar o que está acontecendo com o Comitê .Na sequência, foi dada a palavra à Sra. Valéria que defendeu a importância do apoio ao Polo do Ido do Cambuci, bem como à emenda parlamentar que destina verba ao mesmo, eis que a mesma permitiria aumentar as suas atividades culturais; que o polo não está totalmente ocupado, por isso, tem potencial para ser expandido. O pedido de apoio do Conselho Participativo para execução da emenda foi aprovada por unanimidade pelo Pleno. O Sr. Coordenador passou a palavra ao Conselheiro Artur Monteiro, que apresentou um pedido de apoio para a realização de uma análise financeira das contas da Subprefeitura Sé de 2015; que pretende realizar um relatório minucioso das necessidades orçamentárias para buscar mais verbas para a Subprefeitura Sé no âmbito do CPOP, que deve estar pronto até junho de 2015; que a medida vida fortalecer a Subprefeitura Sé. O referido pedido de apoio foi aprovado pelo Pleno, com exceção da Conselheira Dora Lima, eis que a mesma entende que o assunto deve ser tratado junto à Ouvidoria do Município. Com relação aos quatro projetos de obras, a Conselheira Helena informou que irá encaminhar um relatório por e-mail a todos os conselheiros. A Conselheira Dora Lima apresentou o formulário padrão com o intuito de oficializar a criação do GT de Articulação e a indicação de seus membros. Nada mais havendo a ser tratado o Coordenador pediu a mim secretária para redigir esta ata, publicá-la no DO e inclusive encaminhá-la a Secretaria Municipal de Relações Governamentais, aos cuidados do Sr. Secretário Adjunto, Sr. José Pivatto, dando por encerrada mais esta assembleia às 21h. Estiveram presente na Reunião, o(a)s Conselheiro(a)s: Carlos Daniel, Carmen da Silva Ferreira, Sueli Lima, Gegê, Jucileine Santos, João Gentil, Luciana Biasi, Carmen Mascarenhas, Helena Werneck, Dora Lima, Rafael Vitorino, Artur Monteiro, Haysten Lenilson, Marcelo Marchetti, Edmilson Pinto, Tomás Marques, Cirineu Araújo, Dinah, Yara Goes e Valdiva Silva.

Ausências Justificadas:

Visitante: Jutta Machado, Emilie Reiser, Monique Lemos

## VILA MARIANA

### COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

#### Supervisão de Finanças

#### EXTRATO DE TERMO DE ADITAMENTO

Processo nº 2011-0.099.554-0

TERMO DE ADITAMENTO Nº 006 ao Termo de Contrato Nº 08/SPVM/2011

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – SUBPREFEITURA VILA MARIANA

CONTRATADA: A. TONANNI CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

OBJETO DO CONTRATO: Prestação de serviços de limpeza manual de galerias, córregos e canais, através de 01 (uma) equipe.

OBJETO DO ADITAMENTO: Prorrogação pelo período de 11/05/2015 a 10/05/2016.

## VILA PRUDENTE

### COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO

#### Supervisão Técnica de Uso do Solo e

#### Licenciamentos

#### UNIDADE DE CADASTRO

De acordo com Decreto 49.346/08, procedemos à revisão da numeração nas ruas abaixo relacionadas e concedemos as atuais numerações que seguem:

**RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO** de numeração oficial concedida para o contribuinte 051.295.0038-5, sito a Rua Simião Fernandes, Cadlog 74.592-8, publicada no DOC de 31/03/1982, conforme documentação apresentada.

Onde se lê:

Antigo nº 402 - atual nº 90

Leia-se:

Antigo nº 63 – posterior nº 402 - atual nº 90.

#### UNIDADE DE CADASTRO

De acordo com Decreto 49.346/08, procedemos à revisão da numeração nas ruas abaixo relacionadas e concedemos as atuais numerações que seguem:

**RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO** de numeração oficial concedida através do LMD da Rua Padre Faustino, Cadlog 06.909-4, publicada no DOC de 23/06/2015:

Onde se lê:

Antigo nº 57 - atual nº 67

Leia-se:

Antigo nº 57 – atual nº 59

## FUNDAÇÃO THEATRO MUNICIPAL

### GABINETE DO PRESIDENTE

#### DEMONSTRATIVO DE COMPRAS EFETUADAS E SERVIÇOS CONTRATADOS POR FUNDAÇÃO TEATRO MUNICIPAL DE SÃO PAULO DE ACORDO COM O ARTIGO 16 DA LEI FEDERAL 8.666/93 E ARTIGO 116 –

. L.O.M.S.P.		SERVIÇOS		mai/15	
EMPENHO	OBJETO / FORNECEDOR	TIPO	VALOR		
889	SERGIO WERNEC JUNIOR 6.7. Ofícios	G	36.973,00		
890	FUNDAÇÃO THEATRO MUNICIPAL DE SÃO PAULO 99.1 Outras Despesas Fixas - Pessoal Civil	E	1.822,30		
891	FUNDAÇÃO THEATRO MUNICIPAL DE SÃO PAULO 44.1 Férias - Abono Pecuniário	E	1.490,04		
892	FUNDAÇÃO THEATRO MUNICIPAL DE SÃO PAULO 33.1 Gratificação por Exercício de Funções	E	4.393,87		
893	FUNDAÇÃO THEATRO MUNICIPAL DE SÃO PAULO 31.1 Gratificação por Exercício de Cargos	E	849,09		
894	FUNDAÇÃO THEATRO MUNICIPAL DE SÃO PAULO 1.2 Vale - Alimentação - RPPS	E	5.402,60		
895	SIN AE LEE 6.7. Ofícios	G	20.680,04		
896	PACO STEFANO DADDA GARCÉS 6.5 Orquestra Experimental de Repertório	O	65,53		
897	RICHARD GONCALVES 6.5 Orquestra Experimental de Repertório	O	65,53		
898	ALEXANDRO ROBSON BERTONCINI 96.3 Adiantamento - Início V, Art. 2º, Lei 10.513/88	O	3.000,00		
	TOTAL DE SERVIÇOS		74.742,00		